

Bruxelas, 15 de janeiro de 2016
(OR. en)

5221/16

COPEN 6
EUROJUST 1
EJN 1

NOTA

de:	Anders Ahnlid, Embaixador, Representação Permanente da Suécia junto da União Europeia
data:	17 de dezembro de 2015
para:	Christine Roger, Diretora-geral, Conselho da União Europeia

Assunto: Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas

- Notificação da Suécia

Exma. Senhora Diretora-Geral,

Em nome do Governo Sueco, tenho a honra de notificar as medidas nacionais tomadas em conformidade com o artigo 25.º, n.º 2, da Decisão-Quadro 2008/947/JAI de 27 novembro de 2008.

(Fórmula de cortesia)

(a.) Anders Ahnlid

Notificação das medidas nacionais para cumprir as obrigações da Suécia na União Europeia

Em conformidade com o artigo 25.º, n.º 2, da Decisão-Quadro 2008/947/JAI de 27 de novembro de 2008 respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas, os Estados-Membros devem transmitir ao Secretariado-Geral do Conselho e à Comissão o texto¹ das disposições que transpõem para o respetivo direito nacional as obrigações resultantes da Decisão-Quadro.

A Decisão-Quadro foi aplicada na Suécia, respetivamente, pela lei e pela portaria relativas ao reconhecimento e à execução de penas privativas de liberdade no interior da União Europeia e por certas alterações decorrentes de outras leis e portarias (ver Anexos). A nova lei e a nova portaria e as correspondentes alterações daí resultantes entrarão em vigor em 1 de janeiro de 2016. No momento presente, a Suécia implementou a Decisão-Quadro.

Os referidos textos legislativos estão atualmente a ser enviados à Comissão através da base de dados para a notificação das medidas nacionais de execução.

Além disso, a Suécia apresenta as seguintes notificações e declarações, em conformidade com a Decisão-Quadro.

Notificação nos termos do artigo 3.º, n.º 1

Nos termos do artigo 3.º, n.º 1, da Decisão-Quadro, o Secretariado-Geral do Conselho é notificado do seguinte:

Os Serviços Prisionais e de Liberdade Condicional da Suécia são a autoridade competente, de acordo com a Decisão-Quadro, quando a Suécia for o Estado de emissão ou o Estado de execução.

¹ Nota do Secretariado: este texto não é anexado ao presente documento.

As comissões de liberdade condicional e os tribunais ordinários são também autoridades competentes no caso de a Suécia ser o Estado de emissão e de a comissão de liberdade condicional ou o tribunal ordinário emitirem as decisões subsequentes mencionadas no artigo 17.º. Uma comissão de liberdade condicional é também autoridade competente quando a Suécia for o Estado de emissão, nos casos em que essa comissão emita as decisões relativas à liberdade condicional mencionadas no artigo 2.º, n.º 5.

Os contactos dos Serviços Prisionais e de Liberdade Condicional da Suécia são os seguintes:

Kriminalvården

Huvudkontoret

601 80 NORRKÖPING

Sweden

Telefone: + 46 77 228 08 00

Fax: + 46 11 496 36 40

Endereço eletrónico: hk@kriminalvarden.se

Notificação nos termos do artigo 4.º, n.º 2

Nos termos do artigo 4.º, n.º 2, a Suécia não pretende assegurar a fiscalização de quaisquer medidas de vigilância ou sanções além das mencionadas no artigo 4.º, n.º 1.

Declaração nos termos do artigo 5.º, n.º 4

Nos termos do artigo 5.º, n.º 4, a autoridade competente sueca, os Serviços Prisionais e de Liberdade Condicional, pode, nos casos previstos no artigo 5.º, n.º 2, aceitar que uma pena não privativa de liberdade seja transmitida à Suécia se a reabilitação social da pessoa condenada for facilitada pelo facto de a execução ser transferida para a Suécia e se tal for adequado.

Declaração nos termos do artigo 14.º, n.º 3

Nos termos do artigo 14.º, n.º 3, a Suécia enquanto Estado de execução não assume em caso algum a competência de tomar as decisões subsequentes mencionadas no artigo 14.º, n.º 1, alíneas b) e c).

Declaração nos termos do artigo 21.º

Nos termos do artigo 21.º da Decisão-Quadro, a certidão deve ser escrita em sueco ou traduzida para sueco. A Suécia aceita igualmente que a certidão seja traduzida para dinamarquês, norueguês ou inglês.
